

# ENTRE OKINAWA E RYUKYU: AS CONSEQUÊNCIAS DE UM DUPLO COLONIALISMO

## BETWEEN OKINAWA AND RYUKYU: THE CONSEQUENCES OF DOUBLE COLONIALISM

Autora: Priscila Miki Cortez Toma<sup>1</sup>

Orientadora: Sandra Aparecida Cardozo

**Resumo:** Atualmente conhecida por suas polêmicas com bases militares, após o fim da Segunda Guerra Mundial a província japonesa de Okinawa permaneceu 27 anos sob o domínio dos Estados Unidos. O território, no entanto, já era familiarizado com invasões: anteriormente chamado Uchinaa, foi colonizado e anexado pelo Japão em 1879. Através de uma revisão crítica da história da atual província, este trabalho visa elucidar que a dominação estadunidense nas ilhas de Okinawa foi possibilitada pela colonização japonesa e foi muito além de uma ocupação apenas militar; ela tem dimensões econômicas, socioculturais e psicológicas. Apesar da reversão da tutela ter ocorrido em 1972, a dominação não acabou de fato: suas implicações são reverberadas até os dias atuais.

**Palavras-chave:** Okinawa; Ryukyu; Bases militares; Orientalismo; Colonialismo.

**Abstract:** Currently known for its polemics regarding military bases, the Japanese province of Okinawa remained under the domain of the United States for 27 years after the end of the Second World War. The territory, however, was already familiar with invasions: formerly called Uchinaa, it was colonized and annexed by Japan in 1879. Through a critical review of the history of the province, this work aims to elucidate that the American domination of the Okinawa islands was made possible because of the Japanese colonization, and went far beyond only military occupation; it has economic, sociocultural and psychological dimensions. Despite the reversal of the trusteeship having taken place in 1972, the domination did not actually end: its implications are reverberated to the present day.

**Keywords:** Okinawa; Ryukyu; Military bases; Orientalism; Colonialism.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: priscilamikii@gmail.com.

## **Introdução**

Uchinaa, Ryukyu, Okinawa. Este último nome, utilizado atualmente, é apenas uma entre as diferentes designações que o arquipélago já recebeu, cada uma recebendo uma carga histórica e política diferente. Anteriormente um reino soberano, Uchinaa tinha cultura, dialetos e costumes próprios, além de uma posição privilegiada nas relações do leste asiático. No entanto, o reino foi incorporado pelo Japão e existe hoje na forma da província de Okinawa, ocupada por diversos complexos militares estadunidenses. As bases não ocupam apenas espaço físico, mas também trazem consigo inúmeros problemas sociais, políticos e ambientais, de modo que faz se necessária uma problematização acerca da concentração desproporcional das bases na província de Okinawa em comparação com o resto do território japonês. Através de uma análise histórico descritiva do processo de colonização japonesa e da ocupação dos Estados Unidos a partir de 1945, pretende-se entender os motivos históricos e políticos por trás dessa desigualdade, esboçando uma relação de causalidade entre a colonização japonesa e o imperialismo norte-americano.

A primeira seção deste artigo se destina a traçar uma abordagem histórica desde o processo de invasão e colonização de Uchinaa pelo Japão até a chegada da Segunda Guerra Mundial no pacífico, discorrendo também sobre as políticas de assimilação impostas durante a anexação do arquipélago como província do Japão Imperial em 1879 sob influência da Restauração Meiji.

A Batalha de Okinawa, ocorrida durante a Segunda Guerra, marca o início da jurisdição norte-americana sobre as ilhas. Resultado da relação de poder desigual entre Okinawa e Japão, o território passa para o governo militar provisório estadunidense no final da Segunda Guerra, posteriormente substituído pela Administração Civil Estadunidense das Ilhas Ryukyu (USCAR, sigla em inglês). A segunda parte deste artigo entende os artifícios e técnicas utilizadas pelos Estados Unidos na ocupação do território - agora sob o nome de Ryukyu - para além de uma perspectiva militar, compreendendo também o papel da USCAR nas outras facetas da dominação norte-americana, cuja extinção ocorreu apenas em 1972 com a reversão da tutela ao Japão.

O povo *uchinanchu*<sup>2</sup> não se manteve impassível perante os problemas trazidos pelo neocolonialismo estadunidense, de modo que na terceira seção deste trabalho serão abordados os protestos e revoltas organizadas pelos habitantes, explicitando o descontentamento público e elucidando o papel da mobilização popular dentro do processo que culminaria na devolução e restauração do arquipélago na província de Okinawa.

Por fim, a conclusão consistirá em reflexões acerca das consequências socioeconômicas e culturais causadas pela ocupação militar dos Estados Unidos em Okinawa. Com efeito, estes frutos da ocupação dos EUA mostram que as raízes do neocolonialismo praticado entre 1945 e 1972 são profundas, indicando que apesar do acordo de reversão a dominação norte-americana em Uchinaa não acabou: foi apenas somada à dominação japonesa, ponto que se prova a partir da permanência do amplo complexo militar em território okinawano apesar dos protestos anuais pela retirada das bases.

## **1. De Uchinaa à Okinawa: a colonização do território pelo Estado japonês e sua subjugação**

Antes do século XIV, Uchinaa era dividida em três principados - Hokuzan, Chuzan e Nanzan -, uma época conhecida como período Sanzan. Os três reinos já participavam ativamente da rede comercial marítima do leste asiático, detendo relações econômicas privilegiadas principalmente com a China, sobretudo na dinastia Ming. No início do século XV, os três reinos começam uma disputa entre si, com Chuzan emergindo vitoriosa após ter dominado primeiro Hokuzan e posteriormente Nanzan. Então, no ano de 1429, o período do reino unificado de Uchinaa tem início. Sob o comando da primeira dinastia conhecida como Sho, Uchinaa recebe um status de legitimidade da China em troca do estabelecimento de uma relação tributária com a mesma (KERR, 2000; WADE, 2007).

Conforme mencionado, Uchinaa dispunha de religião e cultura próprias, celebrações únicas e alguns rituais e crenças compartilhados com impérios vizinhos, além de possuir cinco dialetos: entre eles, o principal era o *uchinaaguchi*. Focado na construção de portos e no comércio marítimo - sua principal atividade, o reino prosperou econômica e diplomaticamente, se tornando uma importante parada dentro das rotas oceânicas do leste asiático. Antigos escritos chineses (que chamavam Uchinaa de Reino de Ryukyu) apontaram

---

<sup>2</sup> Aquele que é nativo de Uchinaa. Assim como Uchinaa, Okinawa e Ryukyu são nomes para um mesmo território, utilizarei *uchinanchus*, *okinawanos* e *ryukyuanos* como sinônimos, a depender dos diferentes recortes históricos e políticos.

as ilhas do arquipélago como o maior entreposto comercial entre a área dos territórios atuais de Japão e China, desde ao menos o século VIII (WADE, 2007). Essa prosperidade econômica junto com a localização geográfica estratégica atraíram a atenção do Japão feudal, que estava em meio de suas expedições expansionistas.

Figura 1. Localização do arquipélago de Okinawa dentro do leste asiático.



Fonte: University of Texas Library, 2004

Em 1589, a ascensão do rei Sho Nei ao trono uchinanchu deu início ao período de tensões entre Uchinaa e Japão. Toyotomi Hideyoshi, senhor feudal comandante do Japão, planejava a invasão da península da Coreia e depois da China (investida posteriormente conhecida como Guerra Ijmin) e requisitou provisões para tropas do exército japonês em apoio a sua campanha de expansão em 1591. A Coreia, no entanto, era um território vassalo da dinastia Ming e devido à estável relação tributária e comercial que Uchinaa mantinha com a China, o pedido de Hideyoshi foi negado por Sho Nei. Isto deteriorou as relações entre o reino e o Japão feudal, sendo considerado um ato de desrespeito. Após a queda de Hideyoshi, o shogunato de Tokugawa tomou o poder e requisitou a subordinação formal do reino ao novo governo militar instaurado, ordem que também foi rejeitada pela monarquia uchinanchu. Como a relação já estava devastada, esta recusa resultou em um avanço colonizador por parte do Japão feudal (KERR, 200).

Em 1609, o clã Satsuma, apoiado pelo shogunato Tokugawa, lançou uma expedição “punitiva” de aproximadamente 100 navios que invadiu e dominou Uchinaa. Ao final da batalha, Sho Nei foi levado para o Japão feudal onde permaneceu preso por dois anos, durante os quais teve que assinar juramentos de subordinação ao clã Satsuma. Desta maneira, segundo Kerr (2000), apesar de manter uma aparente soberania (concedida pelas dinastias Ming e Qing), Uchinaa se encontrava econômica e politicamente sob o domínio de clã de Satsuma e do Japão feudal de Tokugawa por extensão. Após a invasão, o shogunato aprovou formalmente a continuidade da relação tributária de Uchinaa com a China para manter a aparência anterior de soberania por motivos tanto políticos quanto econômicos. Ao reforçar essa imagem, o shogunato esperou evitar situações que pudessem instigar um confronto contra o exército chinês, visto que já haviam falhado em suas tentativas de invasão na península coreana. Ademais, manter as aparências permitiu que o shogunato se infiltrasse na extensa rede marítima de comércio comandada pela China na qual Ryukyu estava integrada há séculos. Este acesso, que era negado ao Estado japonês, se apresentou como uma nova fonte econômica de renda para o clã Satsuma e o shogunato Tokugawa, iniciando um período em que Uchinaa ficou duplamente subordinada (tanto à China quanto ao Japão Feudal), e que terminou apenas em 1879 devido à Restauração Meiji.

A fim de compreender o papel da Restauração Meiji na história não apenas de Okinawa como também do Japão como um todo, é preciso entender o contexto histórico que deu berço a este acontecimento. Com a Revolução Industrial e a consolidação e expansão do capitalismo como sistema dominante, o neocolonialismo e a busca de novos mercados para escoamento da produção ganharam força no século XIX. Em julho de 1853, o comandante Matthew C. Perry desembarcou com uma frota de navios de guerra em Tóquio, ordenou a abertura de dois portos japoneses para os norte-americanos e zarpou novamente, dando alguns meses para os oficiais japoneses considerarem sua demanda. O Japão, coagido pela demonstração superior de poder naval norte-americana, assina no começo do ano seguinte o Tratado de Kanagawa, dando fim à era do isolacionismo japonês e sendo o primeiro tratado firmado com países ocidentais no século XIX (BRITANNICA, 2022). A percepção de que as tecnologias militares dos Estados Unidos eram superiores em comparação às japonesas, aliada ao medo de uma possível colonização por parte das potências ocidentais, é o motor resultante da concepção da Restauração Meiji em 1868.

A Restauração Meiji almejou a modernização e homogeneização do Estado japonês a partir de diversas modificações políticas, econômicas e sociais; deu fim ao shogunato Tokugawa encerrando o período feudal Edo e centralizou o poder militar e político na figura

do imperador. Conforme comenta Konno (2016), dentre as medidas adotadas houve o incentivo à industrialização, educação compulsória, promoção das redes de transporte e comunicação - com a construção da primeira malha ferroviária do império, implantação de um sistema bancário, fomento à iniciativa privada e a criação de um exército unificado imperial que empregava táticas de combate ocidentais. Os planos de modernização do Estado japonês formulados pela Restauração Meiji eram norteados por parâmetros de progresso essencialmente ocidentais, e podem ser entendidos como uma tentativa de lançar o país como a potência econômica e militar “quase-branca” dentro do leste asiático, distanciando-se de culturas e etnias consideradas inferiores pela ideologia do darwinismo social.

Uma das diretrizes básicas do plano da Restauração Meiji foi a criação de uma imagem do Japão imperial dentro dos parâmetros eurocêntricos de Estado-nação, assemelhado ao Estado Moderno essencialmente capitalista proposto por potências ocidentais como a França. Ou seja, foi produzida uma imagem perante à comunidade internacional de um território demarcado e unificado, soberano, monolíngue e homogêneo, com a figura de poder máximo representado no imperador. O governo japonês ainda entendia os *uchinanchus* enquanto um povo atrasado e subdesenvolvido, e considerava necessária uma “modernização” de Uchinaa antes da anexação oficial do arquipélago ao Estado-nação. Para tanto, em 1872, é lançado um plano de ação chamado *Ryukyu Measures*, que terminaria em 1879 com a transformação de Uchinaa na província de Okinawa, oficialmente parte do Japão imperial. Durante estes sete anos, foram adotadas medidas de assimilação político-cultural do povo *uchinanchu* por parte dos *yamatos*<sup>3</sup>, na esperança de transformá-los em “japoneses autênticos”, dignos de serem súditos do imperador (INOUE, 2007). Segundo Konno (2016), o governo que estava vigente em Uchinaa foi totalmente remodelado com a destituição de titulares nativos de seus cargos e a substituição por japoneses de Kyushu, a ilha central japonesa. Ademais, efetuou-se a perseguição e prisão de pessoas com sobrenomes influentes e líderes regionais, que foram “coagidos a palestras persuasivas e com ameaças de violência física” (KONNO, 2016, pág. 34).

Uma das primeiras políticas adotadas foi a imposição do dialeto utilizado em Tóquio (tido como a nova língua oficial do império) a ser utilizado em todo o território, junto com a proibição do *uchinaaguchi* e dos outros dialetos nativos. O uso dos dialetos originários nas escolas era visto como sinal de atraso e era punido com o *hogenfuda*, uma placa feita de

---

<sup>3</sup> Etnia predominante do Japão, concentrada especialmente nas ilhas metropolitanas. Neste trabalho, utilizo “yamatos” e “japoneses” como sinônimos.

madeira que deveria ser utilizada ao redor do pescoço dos estudantes penalizados como sinal de vergonha (INOUE, 2007).

Instaurada como oficial durante a restauração Meiji, o *kokka shinto* é uma religião com ideologia altamente nacionalista e conservadora que se entrelaça com a política; ela entende que o poder imperial provém de direito e dever divino, com o próprio imperador ascendendo a um status de divindade (BRITANNICA, 2022). Para reforçar o dever patriótico para com o Estado japonês e a criação de uma imagem unificadora nacional, o ensino do *kokka shinto* foi compulsório nas escolas, e o culto à figura do imperador foi decretado obrigatório concomitantemente com a tentativa de absorção e apagamento do xamanismo okinawano, a religião originária das ilhas. As mudanças provocaram alterações nas estruturas da sociedade uchinanchu pois as mulheres exerciam papel fundamental nos costumes religiosos, sendo responsáveis pela condução de ritos e cerimônias em todos os níveis de hierarquia. As *noros*, sacerdotisas oficiais que atuavam em cidades e vilarejos, foram renegadas pelo Estado japonês e impedidas de ingressar no sacerdócio xintoísta, perdendo seus salários e relegadas ao esquecimento. Por outro lado, as *yutas* eram xamãs que atendiam a pedidos familiares e individuais, não liderando celebrações formais. No entanto, elas também foram estigmatizadas e perseguidas pelo Império Meiji, tendo sua atuação criminalizada (KERR, 2000; AKAMINE, 2008).

Masamichi Inoue (2007) nos mostra que as políticas de apagamento sistemático da cultura tradicional uchinaanchu não se encerraram com a incorporação e a transformação de Uchinaa na prefeitura de Okinawa, mas se mantiveram e foram fomentadas pela ideia do *kokutai*, o conceito de Estado-nação implementado pelo imperador Meiji com a criação da Constituição do Império do Japão em 1889. Em 1888, os penteados típicos foram abolidos e em 1899 ocorreu a proibição do *hajichi* (uma técnica ancestral matrilinear de tatuagem), resultados de tentativas de higienização da imagem de Okinawa. O calendário imperial já havia sido imposto como oficial desde 1875, porém os feriados especificamente okinawanos foram extintos em 1903, uniformizando as particularidades culturais. Outro exemplo de política assimilacionista foi o incentivo à substituição de nomes típicos uchinanchus considerados demasiadamente diferentes para nomes tradicionalmente japoneses, a fim de apagar distâncias e simular uma uniformidade entre Uchinaa e Japão. Também foram construídos portões típicos do *kokka shinto* em *utakis*, espaços em meio a natureza considerados sagrados no xamanismo okinawano onde eram performados ritos comunitários, como forma de visualmente cimentar o processo de incorporação de Uchinaa pelo império.

No entanto, todas estas determinações impostas por anos à Okinawa visando sua “modernização” não foram suficientes para que os *yamatos* aceitassem *uchinanchus* como verdadeiros japoneses, de modo que a estes últimos ainda era relegado o status de cidadãos secundários e inferiores. Não foram criadas escolas de ensino superior ou feitos quaisquer tipos de incentivos para além da produção de açúcar, além da negação do direito à voz dentro da política e do próprio governo estabelecido (INOUE, 2007). Com a instituição de monopólio em setores básicos da economia e a recusa em investir em outros tipos de indústrias, as cidades não eram dotadas de infraestrutura nem eram capazes de oferecer vastas ofertas de trabalho, não conseguindo absorver o contingente humano. Os altos índices de desemprego impulsionaram um êxodo rural, porém a situação no campo não era muito melhor: a proibição da venda de terrenos junto aos altos impostos demandados pelo império implicou na concentração de terras e impediram a prosperidade de pequenos agricultores (KONNO, 2016). Com o final da Primeira Guerra Mundial e a crise açucareira internacional, ocorreu uma quebra da economia de Okinawa, pois o produto constituía 80% das suas exportações - o que levou a população geral à miséria (INOUE, 2007).

Marginalizada e politicamente negligenciada, não havia real intenção ou planejamento para equiparar a província de Okinawa com as outras províncias do Japão imperial. A profunda crise econômica ao fim da Primeira Guerra Mundial, em conjunto com a falta de investimentos ou políticas paliativas por parte do governo, desencadearam um processo de diáspora com fluxos migratórios intensos especialmente para o Havaí e para a América Latina, que necessitava de mão-de-obra. A imigração foi vista como uma alternativa para fugir da pobreza, epidemias e desastres naturais presentes no território okinawano, de modo que *uchinanchus* representavam uma parcela significativa dos imigrantes de nacionalidade japonesa para outros países, com números que variaram de 10% a 20% entre os anos de 1923 e 1930. A mobilidade para outras províncias dentro do próprio Japão também aconteceu, apesar de menos expressiva. No entanto, o efeito provocado pela migração de *uchinanchus* para as ilhas principais japonesas teve um efeito contrário ao desejado, pois resultou no aumento da discriminação e desprezo por parte dos *yamatos* (INOUE, 2007; KERR, 2000).

O caso mais marcante para exemplificar o abismo que separava *yamatos* e *uchinanchus* foi a criação do “Pavilhão Humano” durante a Quinta Exposição Nacional para Promoção da Indústria em Osaka, no ano de 1903. No pavilhão foram expostas pessoas com roupas étnicas diante de habitações típicas de seus povoados, no intuito de demonstrar as diferenças entre *yamatos* e outras etnias asiáticas consideradas inferiores pelo império japonês

como uchinanchus, coreanos, ainus, aborígenes de Taiwan, indianos e turcos (INOUE, 2007; BHOWMIK, 2008).

Esta visão de Okinawa como um território primitivo de segunda classe foi o que guiou o exército imperial na decisão estratégica de escolher a província como uma área a ser sacrificada na luta contra as tropas estadunidenses durante a Segunda Guerra Mundial, atuando como um escudo do Japão metropolitano. Embora a 32ª divisão do exército imperial japonês tenha sido enviada para Okinawa em março de 1944, ao final do ano foi emitida a decisão de realocar parte das tropas mais experientes para defender o território ocupado de Taiwan. Isto incutiu na mobilização de toda a sociedade na organização para a guerra, com a criação de tropas emergenciais de civis para compensar o rombo no contingente militar. É neste cenário de despreparo e exasperação que as tropas norte-americanas chegam em Okinawa, no que seria reconhecida como a batalha mais sangrenta da Guerra do Pacífico (INOUE, 2007).

## **2. De Okinawa à Ryukyu: a chegada e ocupação dos Estados Unidos no Pacífico**

Entender a dimensão e os horrores da Batalha de Okinawa assim como as sequelas deixadas pela guerra é o primeiro passo para compreender o processo de dominação dos Estados Unidos, suas dimensões e especificidades. Sob o pretexto de utilizar Okinawa como base de lançamento do ataque ao Japão metropolitano na fase final da guerra do pacífico, a operação estratégica denominada *Iceberg* foi dividida em duas fases: primeiro, um bombardeio preliminar massivo e indiscriminado do território, que destruiu mais de 90% de Naha, a capital da província. A segunda fase consistiu na mobilização de tropas navais, terrestres e aéreas para a invasão do solo okinawano pela costa leste do arquipélago (BRITANNICA, 2022).

No dia 1º de abril de 1945, as tropas aliadas desembarcaram em Okinawa e expediram a Proclamação *Nimitz*, que submeteu as ilhas à jurisdição do governo militar dos Estados Unidos e suspendeu os poderes do Japão Imperial, e iniciou a guerra terrestre. A desigualdade entre as forças combatentes gerou a morte de 250 mil soldados e civis, sendo a batalha mais sangrenta do pacífico: o número de mortes foi superior aos números do bombardeio de Hiroshima e Nagasaki combinados. Embora não haja dados conclusivos, pesquisadores estimam que mais de 150 mil okinawanos morreram em decorrência da guerra, o que implica em cerca de 1/3 da população civil morta - mais baixas do que soldados dos Estados Unidos e do Japão combinados. Alguns motivos que explicam a alta taxa de morte de civis são as

barreiras linguísticas entre *uchinanchus* e *yamatos*, e a ideia de honra e lealdade ao imperador difundida pelo império japonês. Por conta das diferenças entre os dois dialetos, as tropas japonesas não entendiam o que era falado em *uchinaaguchi*, e alguns soldados mataram civis por acreditarem que estes estavam trabalhando infiltrados como espiões para as forças aliadas. Por outro lado, o ultranacionalismo e lealdade ao imperador acima de tudo pregados pelo *kokutai* foram usados como justificativa para o assassinato de crianças e recém-nascidos que choravam, por medo do barulho denunciar a localização do esconderijo para o exército inimigo; soldados japoneses organizaram suicídios em massa junto com civis, pois o suicídio seria mais honroso e digno do que ser morto ou rendido pelas tropas do oponentes (INOUE, 2007).

Ao final da batalha Okinawa permaneceu sob ocupação do exército dos Estados Unidos, em concordância com o artigo 42 da Convenção relativa às leis e usos da guerra terrestre firmada em Haia em 1907. No mesmo ano, aceitando os termos previstos na declaração de Potsdam emitida pelos Aliados, a rendição do Japão é seguida pela perda de sua soberania e uma ocupação encabeçada por tropas norte-americanas. Nos anos subsequentes, enquanto o resto do país passava por reformas e iniciava um processo de reconstrução civil e econômica, Ryukyu foi utilizada apenas para ocupação militar, com o reaproveitamento de bases militares japonesas por soldados estadunidenses e a criação de um campo de concentração em Henoko onde foram presos entre 20 mil e 40 mil prisioneiros *uchinanchus* (INOUE, 2007).

Para conseguir territórios utilizados nas construções militares, o exército estadunidense confiscou e expropriou terras com uso desproporcional de forças, práticas consideradas ilegais por convenções nas quais o país é signatário (INOUE, 2007; KENSEI, 2008). Segundo a Convenção relativa às leis e usos da guerra terrestre:

Art. 43 – Tendo a autoridade do poder legítimo passado de fato para o ocupante, este último deverá tomar todas as providências em seu poder para reestabelecer, e assegurar, o máximo possível, a ordem pública e a segurança, respeitando, a menos que seja absolutamente impedido, as leis vigentes no país.

Art. 46 – A honra e os direitos das famílias, a vida das pessoas e a propriedade privada, assim como as convicções e práticas religiosas, devem ser respeitadas. Propriedades privadas não devem ser confiscadas.

Art. 47 – Saqueamento é formalmente proibido.

Art. 50 – Nenhuma penalidade geral, pecuniária ou de outra natureza, deve ser infligida à população pelos atos de indivíduos os quais não possam ser

considerados conjuntamente responsáveis (HAIA, 1907, págs. 10-11, tradução nossa)<sup>4</sup>.

É importante lembrar que Uchinaa não estava oficialmente sob tutela do governo dos Estados Unidos nem do Japão, mas sim vivendo sob um governo militar provisório pós Segunda Guerra; não havia um governo oficial que pudesse mediar problemas da esfera civil de maneira imparcial. Ademais, neste momento as ilhas ainda eram vistas como “território inimigo”, não apenas porque a guerra não havia sido oficialmente encerrada mas também pelo alto número de baixas resultantes da Batalha de Okinawa, não havendo investimento ou reconstrução voltada para a sociedade uchinanchu. Assim sendo, a província continua em um cenário prolongado de marginalização pós-guerra.

A Guerra Fria é o evento histórico que motiva a mudança do tratamento dado para as ilhas de Ryukyu. Segundo Shindo (1979, apud INOUE, 2007), o imperador Hirohito em 1947 escreve uma mensagem secreta ao quartel general dos Aliados em Tóquio apoiando a ocupação de Okinawa pelas forças militares estadunidenses como proteção contra a União Soviética. A situação no ano de 1949 era crítica; além do lançamento da primeira bomba nuclear da URSS por Josef Stalin que intensificou a corrida armamentista, uma reportagem internacional feita pelo jornal Time denunciou as ondas de violência cometidas pelas tropas militares dos EUA: em apenas seis meses, soldados estadunidenses foram responsáveis por 29 assassinatos, 18 estupros, 16 assaltos e 33 agressões contra nativos uchinanchus (TIME, 1949). Os números sugeriam que o governo militar não tinha controle sobre suas tropas e pintava a província como um território de terra sem lei.

Convergente com o desejo imperial japonês, em 1950 é criada a Administração Civil Estadunidense das Ilhas Ryukyu (USCAR, *sigla em inglês*), um governo civil fantoche das forças armadas estadunidenses que permaneceu em exercício até a reversão em 1972. A partir de então, o arquipélago passou a ser destino de grandes aportes financeiros por parte dos Estados Unidos destinados à construções militares. O efeito pôde ser sentido quase imediatamente: cerca de cinquenta milhões de dólares foram destinados para obras militares apenas nesse mesmo ano fiscal de 1950 (NAKANO, 1969, apud INOUE, 2007).

---

<sup>4</sup> No original: Art. 43 - The authority of the legitimate power having in fact passed into the hands of the occupant, the latter shall take all the measures in his power to restore, and ensure, as far as possible, public order and safety, while respecting, unless absolutely prevented, the laws in force in the country Art. 46° - Family honour and rights, the lives of persons, and private property, as well as religious convictions and practice, must be respected. Private property cannot be confiscated. Art. 47° - Pillage is formally forbidden. Art. 50° - No general penalty, pecuniary or otherwise, shall be inflicted upon the population on account of the acts of individuals for which they cannot be regarded as jointly and severally responsible.

Em setembro de 1951 é assinado o Tratado de Paz de São Francisco, que estabeleceu oficialmente o término da Segunda Guerra Mundial e o fim da ocupação do Japão por forças militares dos Aliados. Além de devolver a soberania ao Estado japonês e especificar as compensações que deveriam ser feitas às forças aliadas pelos crimes de guerra cometidos, dois artigos fazem-se importantes para esta análise:

Art. 3 - O Japão concordará com qualquer proposta dos Estados Unidos às Nações Unidas para colocar sob seu sistema de tutela, com os Estados Unidos como a única autoridade administrativa, Nansei Shoto ao sul de 29 graus de latitude norte (incluindo as Ilhas Ryukyu e as Ilhas Daito), Nanpo Shoto ao sul de Sofu Gan (incluindo as Ilhas Bonin, a Ilha Rosario e as Ilhas Vulcânicas) e Parece Vela e a Ilha Marcus. Na pendência de tal proposta e ação afirmativa posterior, os Estados Unidos terão o direito de exercer todos e quaisquer poderes de administração, legislação e jurisdição sobre o território e os habitantes dessas ilhas, incluindo suas águas territoriais. (...)

Art. 4 (b) - O Japão reconhece a validade das disposições de propriedade do Japão e de cidadãos japoneses feitas por ou de acordo com as diretrizes do Governo Militar dos Estados Unidos em qualquer uma das áreas mencionadas nos Artigos 2 e 3 (TREATY OF PEACE WITH JAPAN, 1949, pág. 4, tradução nossa)<sup>5</sup>.

A medida demonstra uma contradição dos Estados Unidos ao ser levada em consideração a Conferência do Cairo de 1943, que ditava que os Aliados não procuravam ganhos próprios ou expansão territorial na guerra. Não por coincidência, as ilhas de Ryukyu não foram mencionadas na Declaração de Potsdam: “Os termos da Conferência do Cairo devem ser seguidos e a soberania japonesa deverá ser limitada às ilhas de Honshu, Hokkaido, Kyushu, Shikoku e outras ilhas menores que determinaremos” (CAIRO, 1943, pág. 1, tradução nossa). Estes alinhamentos de acontecimentos corroboram com a visão de que já havia um interesse prévio nas ilhas de Ryukyu, possivelmente motivado pela localização estratégica dentro do continente asiático. Outro fato que reitera essa premeditação foi a produção do *Civil Affairs Handbook: Ryukyu Islands* por três antropólogos de Yale encomendada pelo Departamento de Marinha dos EUA em 1944, pré-Batalha de Okinawa, cujo conteúdo continha mais de trezentas páginas detalhando e ilustrando diversos aspectos

---

<sup>5</sup> No texto original: Art. 3 - Japan will concur in any proposal of the United States to the United Nations to place under its trusteeship system, with the United States as the sole administering authority, Nansei Shoto south of 29 deg. north latitude (including the Ryukyu Islands and the Daito Islands), Nanpo Shoto south of Sofu Gan (including the Bonin Islands, Rosario Island and the Volcano Islands) and Parece Vela and Marcus Island. Pending the making of such a proposal and affirmative action thereon, the United States will have the right to exercise all and any powers of administration, legislation and jurisdiction over the territory and inhabitants of these islands, including their territorial waters. Art. 4 (b) - Japan recognizes the validity of dispositions of property of Japan and Japanese nationals made by or pursuant to directives of the United States Military Government in any of the areas referred to in Articles 2 and 3.

do território como “geografia, recursos, história, população, costumes, grupos sociais, governo, leis e judiciário, segurança pública, (...)” (INOUE, 2007, pág. 103). Um fato interessante é que o relatório reconheceu a visão que os japoneses tinham dos uchinanchus como rústicos e atrasados, e analisou que “a inerente discórdia nas relações entre okinawanos e japoneses poderia ser utilizada como vantagem influência política” (MARINHA DOS EUA, 1944, pág. 43, tradução nossa).

Com a assinatura do tratado, o Japão não apenas perde a posse de Okinawa como também reconhece oficialmente e legitima a competência da USCAR enquanto governo vigente nas ilhas Ryukyu. Ademais, o documento conferiu anistia aos crimes cometidos pelos militares norte-americanos, impossibilitando que os habitantes prejudicados buscassem compensação.

A passagem de um governo militar para uma administração civil, no entanto, não representou profundas mudanças estruturais, sobretudo na questão da angariação de terras. Apesar do nome, a USCAR apenas continuou a buscar os interesses dos exércitos dos EUA, sendo o principal deles a construção de mais instalações militares. Em 1953, o governo civil lançou a Portaria 109 referente aos procedimentos para obtenção de terras, um decreto que forneceu bases jurídicas para o confisco que já acontecia desde o final da guerra de maneira ilegal, tornando a prática de expropriação sistemática (INOUE, 2007). Como relatou Kokuba Kotaro (1973, apud INOUE, 2007):

A expropriação da terra começou depois da meia noite, após o final do protesto (...). Por volta das três da madrugada, ouvi barulhos advindos da rota militar atrás dos arrozais. (...) Caminhões e escavadeiras com soldados armados chegaram com as luzes dos veículos apagadas. Ao amanhecer, a área de 40 hectares estava toda cercada por soldados armados; as escavadeiras, então, avançaram para dentro da comunidade de 32 famílias. (...) Os fazendeiros cercaram suas casas com arame farpado e permaneceram sentados dentro delas como um último sinal de resistência. Após serem expulsos por soldados sob a mira de armas, os soldados começaram destruindo uma loja, despedaçando as vigas de madeira com um machado gigante. Em seguida, as bases das construções eram amarradas com uma corda aos tratores, que puxavam e derrubavam toda a edificação. Todas as 32 casas foram destruídas desta maneira (KOTARO, 1973 apud INOUE, 2007, págs 60-61, tradução nossa).

Souza (2016) aponta que este período de apropriação de terras ficou conhecido como “*Bayonets and Bulldozers*”<sup>6</sup>, no qual a população era coagida a abandonar suas terras para usos militares sob risco de perderem suas vidas. Com a posse das terras estabelecidas, foram

---

<sup>6</sup> Baionetas e Escavadeiras, em português. O termo faz referência ao uso desses dois instrumentos para forçar os moradores para fora de suas casas, seguida da destruição das habitações.

construídas mais bases militares dentro de Ryukyu, pois sua posição estratégica fornece um acesso mais rápido para a mobilização de tropas dentro da Ásia, fato que motivou a alcunha de “pérola do pacífico”. Durante a Guerra Fria, a província recebeu um destaque logístico ainda maior devido a sua localização, se tornando ponto de partida dos fronts militares estadunidenses que combateram nas guerras da Coréia, Laos, Camboja e também na Guerra do Vietnã. A intensa mobilização de soldados traz consigo uma grande entrada de dinheiro para Ryukyu, que foi utilizado pela USCAR em políticas para assistência social como uma forma de tentar criar uma imagem de amizade entre Ryukyu e os Estados Unidos, buscando uma aprovação da ocupação por parte dos habitantes nativos.

A própria escolha da troca do nome oficial para Ryukyu ao invés de Okinawa não foi impensada: enquanto o termo Ryukyu foi usado pelas dinastias chinesas Ming e Qing durante sua época em que o reino não havia sido invadido, Okinawa foi o nome designado para Uchinaa dentro do processo de colonização, remetendo ao Japão. Deste modo, a adoção e uso de Ryukyu tanto em documentos oficiais quanto no cotidiano buscou uma aproximação com o passado pré domínio japonês na intenção de fomentar o sentimento de não-pertencimento em relação ao Japão, tentando criar uma legitimidade na apropriação de Uchinaa pelos Estados Unidos em cima das diferenças entre *uchinanchus* e *yamatos*, como havia sido sugerido no *Civil Affairs Handbook: Ryukyu Islands* em 1944 (INOUE, 2007).

Entre os anos de 1950 e 1960, inúmeros acadêmicos foram financiados pelo governo norte-americano para produzir textos que exploraram as diferenças entre Japão e Uchinaa, engendrando uma antropologia de guerra, que viria a ser um artifício de dominação utilizado pelos Estados Unidos durante toda a Guerra Fria. A fim de incitar a sensação de não-pertencimento, em 1951 (apenas um ano depois da criação da USCAR) foi concebido o departamento de Investigações Científicas das Ilhas Ryukyus, ou SIRI em inglês, sob o “propósito de avançar no amplo horizonte antropológico do Oriente e fornecer informações valiosas para a administração civil das ilhas” (SMITH, 1952, apud INOUE, 2007, pág. 105, tradução nossa). A frase de Smith (1952, apud INOUE, 2007)), através do uso da palavra “Oriente”, já explicita o amplo uso do orientalismo dentro dos trabalhos acadêmicos produzidos pelo departamento.

Conforme elaborou Edward Said em seu livro *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (1990), o orientalismo tem como base fundadora uma distinção ontológica e epistemológica feita entre o “Ocidente” e o “Oriente”, notadamente por pessoas do Ocidente. O autor vai além:

O orientalismo pode ser discutido e analisado como a instituição organizada para negociar com o Oriente - negociar com ele fazendo declarações a seu respeito, autorizando opiniões sobre ele, descrevendo-o, colonizando-o, governando-o. Em resumo, o orientalismo como um estilo ocidental para dominar, reestruturar e ter autoridade sobre o Oriente. (...). Pois o orientalismo põe-nos diretamente frente a esta questão - isto é, faz-nos perceber que o imperialismo político domina todo um campo de estudo, imaginação e instituições eruditas - de tal modo que torna o fato impossível de ser ignorado intelectual e historicamente. (SAID, 1990, pág. 25)

Durante esta época, muitos trabalhos focaram em reconstruir um Reino de Ryukyu pré-1609, quando ainda havia soberania. A produção e construção textual de uma Uchinaa antiga funcionou de maneira dicotômica: primeiro, reforçou as diferenças socioculturais, étnicas e físicas com os *yamatos*, que eram vistas pelo Japão como um sinal de atraso; segundo, tentou transformar essas particularidades uchinanchus anteriormente vistas com maus olhos em uma identidade a ser celebrada, na esperança de que os habitantes de Ryukyu criassem um sentimento amistoso em relação ao exército norte-americano. Separar Uchinaa do Japão em um nível micro a partir de diferenças fenotípicas se mostrou uma tática de dominação psico-identitária, utilizada para maximizar o controle social e tentar fabricar um princípio de legitimidade da ocupação.

De fato, os textos encomendados pelo departamento SIRI se utilizavam de um imaginário político para a produção de bases teóricas que não apenas justificaram a reestruturação das relações de poder e dominação no Oriente (tanto em Uchinaa quanto no Japão), como buscaram providenciar legitimidade a tais atos através da exotização e fetichização de um passado ancestral puro, casto da influência japonesa. Ademais, essas produções literárias produziram essencialismos que reduziram relações complexas e centenárias de poder entre as próprias ilhas de Ryukyu a fórmulas rasas e simplistas, muitas vezes até mesmo romantizadas. Diante desse passado casto e puro atribuído ao reino de Ryukyu pela USCAR, utilizou-se a desculpa de um suposto dever de “proteção” das ilhas, às vezes até mesmo encarado como civilizatório, que seria carregado adiante a partir das construções e permanências das bases militares estadunidenses. Esta posição orientalista civilizatória pôde ser percebida no relatório Price:

Edifícios permanentes em estradas pavimentadas estão substituindo as estreitas estradas de terra de Naha, a capital. Shopping centers modernos, teatros estão sendo construídos, estes últimos sendo locais, não dos Estados Unidos. A taxa de mortalidade diminuiu para menos de 40% da [taxa] pré-guerra, e muitos okinawanos que viviam exclusivamente de batata doce

hoje têm uma dieta muito mais variada, incluindo arroz. (HOUSE OF REPRESENTATIVES, 1955, seção 13, tradução nossa)<sup>7</sup>.

A USCAR, utilizando do fundo conhecido como Ryukyu Reconstruction Finance Fund, incitou o desenvolvimento industrial e a melhoria nas infraestruturas das cidades vigentes na época, possibilitando a implementação de um sistema de saneamento básico e a construção de hidrelétricas. Houve também a construção da primeira instituição de ensino superior, a Universidade de Ryukyu, onde foi fomentada a produção do saber, anteriormente restringida apenas aos níveis primários. Também foram feitos incentivos aos setores de transporte e telecomunicação, com o restabelecimento de uma imprensa, estações de rádio e circulação de jornais e periódicos. Por terem sido financiados pela USCAR, estavam submetidos não apenas a uma rigorosa supervisão de conteúdo com a possibilidade de censura, como também eram importantes veículos midiáticos que propagavam a imagem de “amizade” com os norte-americanos (INOUE, 2007). Através da criação do Banco Central de Ryukyu, foram adotadas políticas de controle de fluxos monetários e fiscalização de preços, o que ajudou a manter a inflação em níveis controlados e evitar colapsos econômicos inesperados (RYUKYU ARCHIVES, 2019). Esse controle financeiro já existia desde o governo militar, quando o exército estadunidense criou o iene-b (um tipo secundário de iene que era usado apenas em Ryukyu) no pós-guerra, mas se intensificou ainda mais em 1958, quando a USCAR determinou que o dólar americano seria a moeda oficial das ilhas. Esta modificação teve duas inferências: isolava ainda mais financeiramente o arquipélago do resto do Estado japonês, aumentando o distanciamento entre Ryukyu e Japão; e também instaurou um panorama favorável para o imperialismo dos Estados Unidos, que sob a desculpa de configurar um cenário de livre-comércio facilitou a entrada de investimentos de empresas norte-americanas, impulsionando o imperialismo estadunidense e ficando as ilhas em uma posição de neocolônia (INOUE, 2007).

O florescimento e fomento da economia local, ainda que tenha sido orbital e correlacionado às bases militares, trouxe um desenvolvimento econômico que por anos foi negado pelo Japão. Isso resultou em um aumento do poder de compra e na melhora da qualidade de vida. As construções militares também provocaram uma vasta oferta de emprego, não apenas no setor de engenharia e nas construções civis, como também na criação de áreas de lazer e setores comerciais para atender os soldados americanos, como a abertura

---

<sup>7</sup> Texto original: Permanent buildings on paved streets are replacing the narrow dirt roads of Naha, the capital city, modern shopping centers are rising, theaters are being built, these latter being local, not United States activities. The death rate is down to less than 40 percent of prewar, and many an Okinawan who lived almost exclusively on sweet potatoes has now a much more varied diet which includes rice.

de restaurantes, cinemas, bares e prostíbulos. É interessante apontar que o exército militar não aboliu, mas sim reaproveitou o sistema de prostituição das “mulheres de conforto”<sup>8</sup> institucionalizado pelos japoneses na Segunda Guerra. O aumento no número de bordéis em Ryukyu foi tão significativo que fez com que cientistas militares das bases estadunidenses cobrassem das prefeituras testes periódicos de ISTs nos bordéis, temendo que houvesse uma epidemia entre os soldados (INOUE, 2007).

Como resultado da injeção de milhares de dólares por parte dos Estados Unidos destinados às obras militares aliadas às políticas adotadas pela USCAR, os níveis de desemprego em Okinawa caíram de 7,2% em 1947 para apenas 0,4% ao final da década de 50 (RYUKYU ARCHIVES, 2019). As instalações dos Estados Unidos empregavam mais de quarenta mil okinawanos e representavam cerca de metade da renda de Ryukyu, sendo a principal fonte econômica (BRIGUGLIO, 1994). Deste modo, é fácil perceber como a economia foi deliberadamente estruturada de uma maneira totalmente dependente das bases militares, revelando uma forte dominação econômica.

A própria base militar Camp Schwab é exemplo do perigo da construção de uma economia orbital dependente das bases. O início da construção desta base militar se deu em 1957, em Nago, momento a partir do qual a economia começou a progredir, junto com a criação de um bairro de entretenimento conhecido como *Appuru Taun*, destinado aos trabalhadores e soldados. Após a conclusão da obra em 1959, o distrito borbulhou com a vida comercial, contando com mais de duzentos estabelecimentos comerciais. Foram criados um cinema, escritório bancário, estações de rádio e de ônibus e uma usina elétrica, por exemplo, aumentando ainda mais o fluxo financeiro corrente no distrito. Com este crescimento econômico incomparável com as outras cidades, os uchinanchus de todos os lugares migraram para Henoko, buscando emprego e melhores condições de vida (INOUE, 2007).

No entanto, após o término da Guerra do Vietnã houve uma diminuição no número de tropas mobilizadas em Henoko, que foi traduzida também em um menor fluxo monetário em um distrito dependente desta renda. Esta alteração resultou no fechamento do terminal de ônibus, estação de rádio, escritório bancário e até mesmo do cinema, além da falência de boa parte dos bares e restaurantes construídos para acomodar e servir as tropas militares. Além da drástica redução dos estabelecimentos comerciais e queda da economia de *Appuru Taun*,

---

<sup>8</sup> “mulheres de conforto” foi o eufemismo dado para o sistema de exploração e escravidão sexual institucionalizado pelo governo militar japonês após o Massacre de Nanquim. Estas eram meninas, adolescentes e mulheres predominantemente coreanas, filipinas, uchinanchus e de outras regiões ocupadas pelo Império do Japão, de onde eram sequestradas e levadas às estações de conforto para serem sistematicamente estupradas por soldados japoneses.

Henoko também passou por um esvaziamento populacional, com drástica redução do número de residentes: os números foram de mais de três mil habitantes durante a Guerra do Vietnã para cerca de mil e oitocentos na década de 1980 (INOUE, 2007).

### **3. De Ryukyu a Okinawa: o movimento de reversão**

Até o presente momento deste artigo, foram colocadas as visões do Japão e dos Estados Unidos sobre Uchinaa, ora Ryukyu ora Okinawa, percorrendo as trajetórias desta dupla colonização. Nesta seção, dedico-me a dar agência ao povo uchinanchu, afastando qualquer interpretação de uma certa impassibilidade ou aceitação dos habitantes referente aos processos de dominação norte americana. Ao centrar esta parte da narrativa nos protestos que alavancaram o movimento de reversão e a volta da tutela das ilhas para o Japão em 1972, espero demonstrar o papel da movimentação popular e da luta uchinanchu na busca por seus direitos.

Desde o início da ocupação das forças militares expedida pela Proclamação *Nimitz*, as atrocidades cometidas contra a população uchinanchu causaram revolta e o clamor pelo fim da dominação militar estadunidense: ainda que todo o país estivesse ocupado pelos EUA, Okinawa permanecia numa posição subalterna em comparação com a metrópole. Com os rumores do fim da ocupação dos Estados Unidos em 1951, havia a esperança que Okinawa voltasse a ser parte do território do Japão: em agosto, um mês antes da assinatura do Tratado de São Francisco, 72% da população de Okinawa assinou uma petição para o retorno das ilhas ao comando do Estado japonês (ALDOUS, 2003).

As bases militares, além do desenvolvimento econômico e “modernização”, trouxeram também um aumento no índice de crimes e violências cometidas contra os uchinanchus, além de acidentes diretamente relacionados à ocupação norte-americana. Em 1951, logo no início da USCAR, um acidente envolvendo a queda de um tanque de combustível de um avião de combate incendiou a casa de três famílias, matando seis pessoas. Não houve, no entanto, nenhum tipo de compensação ou reparação às famílias pelas mortes ocasionadas (FUKUCHI 1995, apud INOUE, 2007). Este era um dos inúmeros indícios de uma impunidade das violências causadas pelas forças militares dos EUA, agravado pela perda de jurisdição nos territórios das bases, que eram considerados parte dos EUA e julgados de acordo com a Corte Marcial e não pela polícia japonesa, contribuindo para a rejeição às bases.

No dia 28 de Abril de 1952 entra em vigor o Tratado de São Francisco, oficializando a permanência norte-americana em território uchinanchu. O artigo 3 novamente evidenciou a

posição de Okinawa como um território “sacrificável”, seja para atuar como linha de defesa ou como moeda de troca para garantir a soberania do Japão metropolitano. Segundo Eldridge (2001), desde então o dia 28 de Abril ficou conhecido em Okinawa como “dia da humilhação” ou “dia da vergonha nacional”. Isso demonstra a insatisfação com a medida que foi tomada em um processo decisório em que não houve nenhum tipo de consulta ou consideração à população, explicitando sentimentos de revolta e frustração tanto com os Estados Unidos quanto com o Japão.

O presidente norte-americano Eisenhower, em janeiro de 1954, revela em seu discurso a intenção de manter as bases militares em solo okinawano por tempo indeterminado. Ao final do mesmo ano, são transferidas armas nucleares para as instalações militares localizadas em Okinawa, aumentando a preocupação com o perigo de acidentes com equipamento bélico (KENSEI, 2008). A violenta demonstração de poder na expropriação de terra descrita por Kokuba Korato na seção 2 ocorreu em 1955, mesmo ano de outro acontecimento que ficou conhecido como incidente de Yumiko, que foi o estupro e assassinato de uma menina de 6 anos por um sargento estadunidense. Além do fator idade da vítima e posição do culpado dentro da instituição militar, este crime teve outra característica marcante: o corpo da garota foi encontrado mutilado em um depósito de lixo da base aérea de Kadena, impugnando o fator das relações de poder entre Ryukyu e Estados Unidos. Isto não apenas enfraqueceu a imagem de amizade que os militares estadunidenses tentaram criar, como também escancarou o fator da violência sexual. A sociedade ainda se encontrava perplexa com o crime quando, na semana seguinte, houve outro caso de estupro de uma criança por um soldado dos EUA. Juntos, os três eventos eclodiram no primeiro protesto organizado em Okinawa, reunindo habitantes de toda a província contra a impunidade de crimes cometidos por militares. Ironicamente, o sargento que estuprou, assassinou e mutilou Yumiko foi sentenciado à morte pela Corte Marcial, mas posteriormente foi levado de volta aos EUA em segredo e teve redução de sua pena, passando seus últimos anos confortavelmente em liberdade condicional (SERRANO, 2021).

Ainda em 1955, a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos enviou um subcomitê para inspecionar as instalações militares e analisar o problema referente à aquisição de terras em Ryukyu. O relatório que ficou conhecido como Price foi emitido no ano seguinte, evidenciou a posição de soberba dos EUA, sugeriu a compra dos títulos das terras ocupadas pelos militares através de um montante fixo ao invés do sistema de arrendamento com pagamento de aluguel que estava vigente e assentiu a obtenção de mais terras por parte da USCAR. Não obstante, o relatório reconhecia que os pagamentos feitos até então eram

insuficientes para a sobrevivência: “o okinawano conseguiria sobreviver com seu 0,8 hectare de terra, mas não com os menos de vinte dólares que ele recebe do arrendamento” (HOUSE OF REPRESENTATIVES, 1965, seção 5, tradução nossa). A divulgação do relatório e a implicação de que ainda mais terras seriam obtidas para construção de mais bases militares, junto com a insatisfação com o veredito de inocente que havia sido concedido a um militar que matou um homem atropelado meses antes resultaram em mais uma onda de protestos por todo o território. As estimativas falam de aproximadamente duzentos e cinquenta mil manifestantes espalhados por cinquenta e seis focos de protestos, sendo a capital Naha a maior em proporção, com cem mil pessoas (ALDOUS, 2003; INOUE, 2007; RABSON, 2012).

Um outro acidente aéreo emblemático ocorre em 1959: a queda de um avião de combate em uma escola na cidade de Ishikawa provocou a morte de 17 pessoas - sendo 11 crianças e 6 residentes da cidade - além de queimar completamente 27 casas, um centro comunitário e 3 salas de aula, resultando em mais de 150 crianças feridas. Com o progresso das investigações, a descoberta que o motivo do acidente foi uma falha humana de não manutenção correta do equipamento pilotado agravou a revolta dos moradores, que acusaram o exército militar norte-americano de descaso para com os habitantes uchinanchus. Foi inaugurado um memorial anual para as vítimas e famílias afetadas pelo desastre (HOOK, 2015). Meses depois, um soldado matou a tiros uma dona de casa de 55 anos que coletava metais para ajudar na renda familiar, alegando que havia confundido a mulher com um javali. A família recebeu U\$2700 de reparação financeira do exército, mas o militar foi absolvido pela corte marcial (OKINAWA PEACE NETWORK, 2005), causando mais insatisfação com os resultados dos julgamentos.

A indignação da sociedade civil fez nascer o Conselho para o Retorno da Prefeitura de Okinawa ao Japão, conhecido como *Fukkikyō*, lançado durante um comício no dia da humilhação em 1960. A organização foi força motriz na organização de protestos e no movimento de reversão, e foi encabeçada primeiramente por professores e outros estudiosos da Associação de Professores de Okinawa (OTA). Durante a década de 60, além dos crimes de homicídio e estupro que já se tornaram grotescamente recorrentes, com a Guerra do Vietnã o número de armas nucleares armazenadas nas ilhas de Ryukyu atingiu um pico de 1200, segundo o Boletim de Cientistas Atômicos (1999). Além das armas nucleares haviam também armas químicas letais, como os gases sarin e mostarda além do agente laranja; este composto químico tóxico amplamente utilizado pelos EUA na guerra contra o Vietnã também foi armazenado e utilizado em áreas de treinamento ao norte da província (KENSEI, 2008). O

vazamento de um gás tóxico que hospitalizou 24 soldados americanos e a explosão de um bombardeiro B-52 que danificou mais de 300 casas também contribuíram para o aumento da revolta popular, agora em níveis mais intensos. Os protestos, organizados e encabeçados pelo *Fukkikyō*, se posicionaram veementemente não apenas contra o armazenamento de substâncias e armamentos letais em Ryukyu, como também contra a Guerra do Vietnã; e buscavam a reversão imediata da tutela ao Japão e a expulsão de todas as bases e instalações militares dos Estados Unidos (ALDOUS 2003; INOUE, 2007). Ao final do ano de 1969 (em novembro), constrangidos pela demanda popular, o presidente dos EUA, Nixon, e o primeiro-ministro japonês, Sato Eisako, emitiram um comunicado conjunto anunciando o início das negociações para um acordo de devolução de Ryukyu ao Japão. Isto, no entanto, não se traduziu em uma diminuição ou apaziguamento dos protestos: a OTA organizou, com sucesso, duas greves gerais em maio e novembro de 1971, aumentando ainda mais a pressão pela conclusão do processo de reversão da tutela.

Embora a maior parte dos protestos tenham sido planejados e pacíficos, um específico chama a atenção por ser justamente o contrário: conhecido como Revolta de Koza, o episódio simboliza a erupção da insatisfação popular com as bases militares. Apenas em 1970, 960 acidentes com estrangeiros aconteceram em Ryukyu, 348 deles tendo ocorrido em Koza. Entre eles, o caso de uma estudante de 16 anos que foi agredida e esfaqueada por um militar norte-americano (sentenciado a cumprir apenas 3 anos de prisão) e o atropelamento sem prestação de socorro por um suboficial embriagado, que resultou na morte de uma mulher, este último absolvido pela corte marcial (OKINAWA PEACE NETWORK, 2005).

Quando na noite de 20 de dezembro de 1970 um homem saindo de um bar é atropelado por um soldado norte-americano, uma manifestação com uso de violência explode em Koza, motivada pela revolta com a impunidade e leniência dos Estados Unidos com os crimes cometidos pelo exército, e a prospecção de que a permanência das bases significava, na prática, a continuidade das violações dos direitos humanos sofridas pelos habitantes nativos desde que as bases militares chegaram em Okinawa. A vítima sofreu ferimentos leves, porém a memória recente da morte por atropelamento incitou os ânimos dos okinawanos, e taxistas que presenciaram o acidente começaram a reclamar que os soldados responsáveis estavam indo embora sem levar o homem ao hospital. Neste meio tempo, uma multidão começou a se formar demandando justiça, exaltados com o segundo atropelamento em pouco tempo em Koza, formando uma aglomeração que obrigou o envio de duas viaturas policiais para auxiliar os soldados encurralados. Quando um outro carro do exército estadunidense a caminho do foco do protesto bateu em um carro de um morador, a massa de cerca de 700

peessoas cercou o local da batida, atirando garrafas e pedras contra os vidros da viatura e tentando virar o veículo de cabeça para baixo. Em resposta, os soldados militares dispararam tiros de advertência que acabaram atraindo ainda mais pessoas das proximidades para a revolta, entre eles empregados do setor de entretenimento da base de Kadena (como donos de bares e restaurantes), participantes dos protestos do dia anterior e moradores da área. O resultado foi o confronto de 5 mil manifestantes contra 700 soldados, com okinawanos utilizando pedras e coquetéis molotov improvisados nos bares ao redor contra o exército estadunidense que se utilizou de bombas de gás lacrimogêneo. Alguns integrantes da revolta invadiram a base aérea de Kadena com coquetéis e pedras, incendiando e danificando veículos e construções militares, decorações e outros objetos. A revolta de Koza despontou de maneira espontânea, durou sete horas e deixou um saldo de 70 veículos norte-americanos queimados e destruídos, além de 21 pessoas presas. Outro ponto que torna este evento tão interessante foi o fato de que os uchinanchus direcionaram sua ira apenas para militares brancos, não alvejando soldados negros: a população de Okinawa tinha consciência do racismo estrutural dentro das forças armadas e as relações de poder entre brancos e negros (ALDOUS 2003; INOUE 2007). Junto com os protestos contrários à Guerra do Vietnã em solidariedade com os outros povos asiáticos, isto demonstra a existência de uma consciência política permeada por recortes de raça e etnia, sendo esta uma demonstração de solidariedade antirracista entre não-brancos.

Finalmente, em 17 de junho de 1971 foi assinado o Acordo entre o Japão e os Estados Unidos da América Acerca das Ilhas Ryukyu e das Ilhas Daito, que previu a reconstituição de Uchinaa na província de Okinawa, sob administração do Estado japonês. No artigo I, que tratava especificamente da transferência da tutela, foi prevista a renúncia do artigo III do Tratado de São Francisco, o que devolveu os poderes legislativos, executivos e de jurisdição sobre as Ilhas Ryukyu para o Japão. Partes dos artigos II e III asseguravam que a agora Okinawa, enquanto parte integrante do território japonês, estava sujeita ao Tratado de Cooperação e Segurança Mútuas assinado em 1960 e garantiam o acesso e uso das áreas militares em solo uchinanchu pelos Estados Unidos. Ademais, o Japão novamente se comprometeu a renunciar todas as reivindicações e pedidos de reparação por crimes e injustiças decorrentes e correlacionadas às operações militares norte-americanas em solo okinawano (AGREEMENT CONCERNING THE RYUKYU ISLANDS AND THE DAITO ISLANDS, 1971). O tratado entrou em vigor dia 15 de maio de 1972 oficializando o fim da ocupação dos EUA e a volta ao Japão, o que rendeu a esta data o reconhecimento como “dia da reversão”.

#### 4. Considerações finais

Mesmo que o desejo dos uchinanchus pela total remoção das bases não tenha sido cumprido, concordo com a visão de Aldous (2003) de que a reversão foi uma conquista alcançada primariamente pelas demandas da população. Foram os protestos que obrigaram Estados Unidos e Japão a chegarem em acordo, de modo que este tratado foi em primeiro lugar uma resposta às demandas internas, e em segundo lugar arranjos estratégicos que tentaram manter o *status quo* enquanto apaziguavam a situação.

No entanto, entendo que a reversão foi apenas política: através dos acordos assinados anteriormente, os Estados Unidos continuam tendo acesso e uso livre do complexo militar e o Japão fortaleceu os acordos de segurança, mas as bases continuam representando um grave problema especificamente para a população uchinanchu - de modo que considero o período desde a reversão em 1972 até os dias atuais como um período de duplo colonialismo, tanto por parte do Japão quanto dos EUA. Embora Okinawa corresponda a apenas 0,6% de todo o território japonês, 70,6% das bases militares estão em solos uchinanchus (OKINAWA PREFECTURAL GOVERNMENT, 2022). Deve-se levar em consideração também que através do Tratado de Cooperação Mútua há a perda de jurisdição nos terrenos de bases militares, de modo que as leis japonesas não se aplicam aos territórios utilizados pelos exércitos, sejam eles terrestres, marítimos ou aéreos. As áreas marítimas reservadas para os complexos militares prejudicam as atividades pesqueiras de muitas comunidades e também causam danos irreparáveis à fauna e à flora, como o risco crítico de extinção dos dugongos, animais símbolos de Okinawa. De modo similar, a poluição sonora também tem afetado severamente a população ao redor de bases em áreas residenciais. Neste ano de 2022, por exemplo, mais de 35 mil okinawanos assinaram um processo em massa buscando indenização pela poluição sonora causada pela base aérea de Kadena, que emite ruídos auditivos prolongados em níveis que danificam permanentemente a audição (THE ASAHI SHIMBUN, 2022). A permanência dos complexos militares com a aquiescência do Japão se mostra conveniente para o resto do país, mas não para a província: situação que tende a piorar com os episódios recentes de aumento das tensões no leste asiático, especificamente em Taiwan.

Somada à dependência econômica e ao fator militar, temos o viés ideológico colonizatório presente na bibliografia disponível sobre o tema: como resultado da colonização por parte do Japão e da Batalha de Okinawa, há pouca literatura antiga disponível sobre Uchinaa escrita por uchinanchus. Dentre os trabalhos com maior peso no âmbito acadêmico

atual, nomes como William P. Lebra, George P. Murdock e Ruth Benedict que foram pagos para produzirem obras orientalistas de antropologia de guerra ainda se mantêm relevantes - o próprio livro de George H. Kerr foi utilizado neste artigo por perseverar como um trabalho de referência na área.

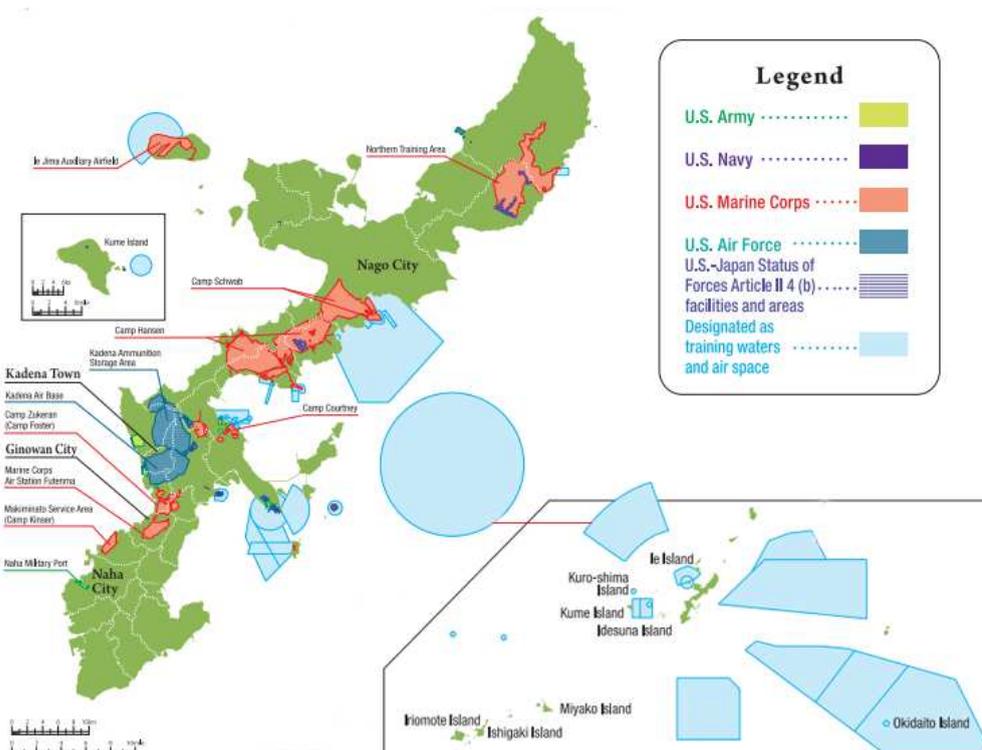
Estes fatos reiteram o ponto de Said (1990) de que o orientalismo não é apenas uma “imaginação fértil”, mas sim um instrumento de base teórica construído meticulosamente em conjunto com instituições sócio econômicas e políticas através de considerável investimento material, o que conferiu a estes discursos uma durabilidade poderosa o suficiente para perdurar como referência depois de muitos anos, capaz ainda de influenciar e guiar decisões políticas. Seja por parte dos Estados Unidos ou do Japão, negar o direito a protagonismo de um povo em sua própria narrativa de luta anticolonialista é também uma forma de dominação e apagamento.

Fica explícito que a reversão não apresentou muitas mudanças na prática, ou uma grande melhora no panorama geral. Ainda que a ONU tenha reconhecido uchinanchus como indígenas<sup>9</sup> e também as violações de direitos humanos cometidas pelo Japão, a província continua submetida à dominação contínua de ambos os lados. Sem poder de decisão quanto a seu próprio território, a permanência dos complexos militares norte-americanos em solo uchinanchu são a prova de que Okinawa continua sendo um território sacrificado em prol do Japão metropolitano: é o próprio colonialismo japonês que permite a manutenção do neocolonialismo estadunidense em Uchinaa.

Figura 2. Área de Okinawa reservada para atividades militares em 2017

---

<sup>9</sup> Uchinanchus são reconhecidos como indígenas pela Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais desde 1989, convenção a qual o Japão não é signatário. Também participam enquanto delegação do Fórum Permanente sobre Questões Indígenas das Nações Unidas.



Fonte: Okinawa Prefectural Government, 2017

## Referências:

AGREEMENT concerning the Ryukyu Islands and the Daito Islands. Tóquio, Washington, 17 jun. 1971. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20841/volume-841-i-12037-english.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2022.

AKAMINE, Masanobu. Quelques aspects de la culture populaire d'Okinawa. **Cipango**, França, v. 15, n. 1, p. 207-228, jan. 2008. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/cipango/407>>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ALDOUS, Christopher. Achieving Reversion: Protest and Authority in Okinawa, 1952-70. **Modern Asian Studies**, Cambridge, v. 37, n. 2, p. 485-508, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.jstor.com/stable/3876580>>. Acesso em: 30 mai. 2022.

BHOWMIK, Davinder L.. **Writing Okinawa: Narrative acts of identity and resistance**. 1. ed. Oxfordshire, Inglaterra: Routledge, 2008.

BRIGUGLIO, Lino. The Economy of Okinawa: Performance, problems and prospects. **Islands and Small States Intitute**, Valeta, Malta, v. 1, n. 2, p. 1-19, ago. 1994.

BRITANNICA. **State Shinto**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/State-Shinto>>. Acesso em: 22 jun. 2022.

BRITANNICA. **Treaty of Kanagawa**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/event/Treaty-of-Kanagawa>>. Acesso em: 13 abr. 2022.

DECLARAÇÃO do Cairo. Cairo, 1 dez. 1943. Disponível em: <[https://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryō/01/002\\_46/002\\_46tx.html](https://www.ndl.go.jp/constitution/e/shiryō/01/002_46/002_46tx.html)>. Acesso em: 27 fev. 2022.

ELDRIDGE, Robert D.. **The Origins of the Bilateral Okinawa Problem**: Okinawa in Postwar U.S.-Japan Relations, 1945-1952. 1. ed. New Youk: Garland Publishing, 2001.

HAIA. **Convention IV respecting the Laws and Custom of War on Land**. Haia, 18 out. 1907. Disponível em: <<http://www.gisha.org/userfiles/file/Covensions%20and%20Laws/Hague%20Convention%20IV.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2022.

HOOK, Glenn. The American eagle in Okinawa.: the politics of contested memory and the unfinished war. **Japan Forum**, v. 27, n. 3, p. 299-320, jun./2015. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/09555803.2015.1042011?needAccess=true>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

HOUSE OF REPRESENTATIVES. **Price Subcomitte Report**. Washington, 23 nov. 1955. Disponível em: < <https://ryukyu-okinawa.net/pages/archive/price.html>>. Acesso em/; 11 abr. 2022.

INOUE, M. **Okinawa and the U.S. Military: Identity Making in the Age of Globalization**, Nova Iorque: Columbia University Press, 2007

KENSEI, Yoshida. US Bases, Japan and the Reality of Okinawa as a Military Colony. **The Asia-Pacific Journal**, v. 6, n. 8 ago./2008. Disponível em: <<https://apjff.org/-Yoshida-Kensei/2857/article.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2022.

KERR, George H.. **Okinawa: The History of an Island People**. Ed. rev. Singapura: Tuttle Publishing, 2000.

KONNO, Samara. **Retornando à casa: o culto aos antepassados okinawanos**. 2016. 139f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Versão corrigida.

OKINAWA PEACE NETWORK. **List of Main Crimes Committed and Incidents Concerning the U.S. Military on Okinawa - Excerpts**. Disponível em: <[http://www.uchinanchu.org/history/list\\_of\\_crimes.htm](http://www.uchinanchu.org/history/list_of_crimes.htm)>. Acesso em: 9 jun. 2022.

OKINAWA PREFECTURAL GOVERNMENT. **Section 1 U.S. Military Bases in Okinawa**. Okinawa: Okinawa Prefectural Government, 2017. 1 mapa, color, modificado. Escala 1:1.000.000 Disponível em: <<https://dc-office.org/wp-content/uploads/2018/03/E06.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2022

OKINAWA PREFECTURAL GOVERNMENT. **U.S. Military Base Issues in Okinawa**. Disponível em: <<https://dc-office.org/basedata>>. Acesso em: 19 mai. 2022.

PITTS, Forrest R.; LEBRA, William P.; SUTTLES, Wayne P. **Post-war Okinawa**: SIRI Report no. 8. Washington: Pacific Science Board, 1995.

PROCLAMAÇÃO Nimitz. Okinawa, 1 abr. 1945. Disponível em: <<https://ryukyu-okinawa.net/pages/archive/nimitz.html>>. Acesso em: 13 jan. 2022.

PROCLAMATION Defining Terms for Japanese Surrender. Potsdam, 26 jul. 1945. <Disponível em: <https://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c06.html>>. Acesso em: 23 mai. 2022.

RABSON, Steve. Henoko and the U.S. Military: A History of Dependence and Resistance. **The Asia-Pacific Journal**, v. 10, n. 2, jan./2012. Disponível em: <<https://apjif.org/-Steve-Rabson/3680/article.pdf>>. Acesso em: 3 jul. 2022.

RYUKYU ARCHIVES. **Postwar Okinawa 3**. Disponível em: <<https://ryukyu-okinawa.net/pages/postwar3.html>>. Acesso em: 4 jul. 2022.

RYUKYU ARCHIVES. **Postwar Okinawa 5**. Disponível em: <<https://ryukyu-okinawa.net/pages/postwar5.html>>. Acesso em: 29 mai. 2022.

SAID, Edward W.. **Orientalismo**: O Oriente como invenção do Ocidente. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SERRANO, Richard A.. Okinawa: Race, Military Justice and the Yumiko-chan Incident. **The Asia-Pacific Journal**, v. 19, n. 22, p. 1-8, nov. 2021. Disponível em: <<https://apjif.org/-Richard-A--Serrano--Jon-Mitchell/5650/article.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2022.

SHARE AMERICA. **Cronologia da história diplomática de EUA e Japão**. Disponível em: <<https://share.america.gov/pt-br/cronologia-da-historia-diplomatica-de-eua-e-japao/>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

SOUZA, Yoko Nitahara. A batalha de Okinawa acabou? - Memória, diáspora e fluxos setenta anos depois da II Guerra. **30º Reunião Brasileira de Antropologia**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-24, jul. 2016.

THE ASAHI SHIMBUN. **Okinawans file mass lawsuit over U.S. base noise pollution**. Disponível em: <<https://www.asahi.com/ajw/articles/14535305>>. Acesso em: 31 jul. 2022.

TIME. **OKINAWA: Forgotten Island**. Disponível em: <<http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,856392-1,00.html>>. Acesso em: 15 jun. 2022.

TREATY of Mutual Cooperation and Security Between Japan and the United States of America. Washington, 19 jan. 1960. Disponível em: <<https://www.mofa.go.jp/region/n-america/us/q&a/ref/1.html>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

TREATY of Peace with Japan. São Francisco, 08 set, 1951. Disponível em: <<https://treaties.un.org/doc/publication/unts/volume%20136/volume-136-i-1832-english.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2022.

UNIVERSITY OF TEXAS LIBRARY. **East Asia (Polítical) 2004**. Austin: University of Texas, 2004. 1 mapa, color, modificado. Escala 1:46.000.000. Disponível em:

<[https://maps.lib.utexas.edu/maps/middle\\_east\\_and\\_asia/asia\\_east\\_pol\\_2004.jpg](https://maps.lib.utexas.edu/maps/middle_east_and_asia/asia_east_pol_2004.jpg)>. Acesso em: 12 jun. 2022.

WADE, Geoff. Ryukyu in the Ming Reign Annals 1380s-1580s. **Working Paper Series**, Singapura, v. 93, n. 1, p. 3-5, jul./2007. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=1317152>>. Acesso em: 30 mai. 2022.